

Manifesto dos Pais

Assembleia da República

Lisboa, 23 de Setembro de 2022

European Network of Parents (ENP)
juntamente com
AGEDO, AMPGYL, AMPLOS, DRACHMA, IZADJI
De
Itália, Espanha, Portugal, Malta, Sérvia

**Na Europa, cada vez mais
crianças e jovens trans* e de género diverso
buscam o reconhecimento do seu direito
à autodeterminação e
aos tratamentos de transição de género.**

Introdução

Nos últimos anos, tem-se verificado "uma mudança de paradigma" na abordagem dos cuidados dispensados a jovens trans* (incluindo cuidados de saúde e comportamentos parentais), partindo de um modelo reparador e patologizado rumo a um padrão afirmativo desses mesmos cuidados. Quando são fortemente apoiados pelos pais/cuidadores, as crianças e adolescentes trans* revelam níveis sociais e de saúde mais elevados. Partindo dessa evidência, pais e cuidadores começaram a organizar-se em associações e grupos de apoio para lutarem juntos pelos direitos dos filhos.¹

¹ Keo-Meier e Ehrensaft, 2018; Pyne, 2014

Enquanto pais e ativistas pelos direitos das crianças e jovens trans* e de género diverso, tivemos oportunidade de testemunhar como esses direitos muitas vezes não só não são assegurados, como chegam até a serem espezinhados.

A situação na UE revela assimetrias: alguns países estão a adotar estratégias inclusivas, embora a velocidades diferentes, mas ainda subsistem outros que se lhes opõem ativamente.

Consideramos, por isso, que as Instituições da União Europeia, bem como outras instituições europeias e organismos das Nações Unidas, devem assumir a responsabilidade que lhes cabe pelas consequências dessa negligência. Tal situação conduz frequentemente ao isolamento social e ao abandono escolar, bem como a um risco elevado de graves problemas psicológicos - depressão, ansiedade, distúrbios alimentares, automutilação - e até, em último caso, suicídio.

Apoiar as crianças trans* e de género diverso, numa fase inicial das suas vidas, é contribuir para fomentar o seu desenvolvimento pessoal e o seu crescimento enquanto adultos saudáveis. É suscetível de aumentar a sua autoestima e o sentido de pertença, e fazê-los sentir que podem ser eles mesmos, sem restrições, críticas ou julgamentos de valor.



As normas internacionais em matéria de direitos humanos consideram a igualdade e a não discriminação como princípios básicos.

O artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece:²

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

O artigo 2.º da mesma Declaração acrescenta:

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação... nacional ou social, propriedade, nascimento ou outro estatuto.

O teor destes artigos implica o direito de ser protegido contra a discriminação por vários motivos, incluindo a orientação sexual, a identidade de género e a expressão de género. Outros artigos da Declaração persistem no reforço da proteção destes direitos humanos.

² <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>



A ENP, Rede Europeia de Pais de Pessoas LGBTI+, é uma organização que reúne associações e grupos informais de pais de pessoas LGBTI+ em toda a Europa. A ENP agrupa famílias que trabalham para uma sociedade mais inclusiva e que reconhecem que cada pessoa deve ser tratada com dignidade e respeito – livre de qualquer forma de discriminação ou opressão.

Projeto da ENP "Vamos mudar o ritmo! – como estão as crianças europeias trans* & género diverso?" - patrocinado pelo programa Erasmus+, KA210-ADU-03BC83DD, envolveu diversas Associações Europeias que trabalham e defendem os direitos das crianças e jovens trans*.

Representantes dessas associações de Itália, Malta, Portugal, Sérvia e Espanha, na qualidade de parceiros do projeto, reuniram-se com outras associações da Dinamarca, Islândia, Reino Unido e Itália com vista a alargar o debate. Foram organizados três webinars, cada um com a duração de vários dias. Os pais partilharam histórias, conquistas, objetivos, medos, dúvidas, esperanças, e discutiram políticas direcionadas para o bem-estar dos seus filhos trans*.

Tendo claramente em mente que todos os jovens são o futuro da nossa sociedade e que o seu crescimento está a acontecer hoje e não pode ser adiado para amanhã, elaborou-se este Manifesto em que, em conjunto, apelamos a todas as instituições, incluindo as da União Europeia, do Conselho da Europa e as comissões e organismos das Nações Unidas que se ocupam dos direitos humanos e dos direitos da infância, para que se juntem aos nossos esforços no sentido de influenciar as nações europeias mediante recomendações, campanhas e regulamentos.

Solicitamos que:

Cláusula 1

Seja reconhecido o direito à autodeterminação de género das crianças e jovens trans*, que esse direito seja salvaguardado através de legislação consistente, com base em protocolos recomendados por diretivas internacionais, e que **se garanta** o direito das crianças e jovens trans* de alterarem a menção do sexo e o nome próprio atribuídos à nascença, sem necessidade de diagnóstico médico, cirurgias ou procedimentos em tribunal.

Cláusula 2

Se instem todos os Estados-Membros a que criem centros médicos de transição de género em todos os territórios de cada país, em conformidade com o "Direito à Saúde", tal como também declarado pelo Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e pela Organização Mundial de Saúde.

Cláusula 3

Se assegure que qualquer pessoa trans* e de género diverso que procure tratamento médico de transição de género seja seguida em centros específicos, especialmente as crianças pequenas e que **se aumente** o número de unidades pediátricas onde as crianças possam receber apoio.



Como são europeus
trans* e sexo diversas crianças fazendo?

Cláusula 4

Se certifique que os medicamentos adequados (bloqueadores da puberdade e terapia de substituição hormonal) são prescritos respeitando as diretrizes recomendadas pelas diretrivas internacionais. No que diz respeito aos bloqueadores da puberdade³, a determinação do momento apropriado para iniciar o tratamento é extremamente importante.

³ Como expresso no novo "Standard of Care 7" da Wpath "Dois objetivos justificam a intervenção com hormonas de supressão da puberdade: (i) a sua utilização dá mais tempo aos adolescentes para explorarem a sua variabilidade de género e outras questões de desenvolvimento; e (ii) a sua utilização pode facilitar a transição, impedindo o desenvolvimento de características sexuais difíceis ou impossíveis de reverter se os adolescentes persistirem na transição de género. "Os adolescentes podem ser elegíveis para iniciar a tomada dos bloqueadores de puberdade assim que as mudanças pubertárias começarem. Para que os adolescentes e seus pais possam tomar uma decisão informada sobre o atraso pubertário, recomenda-se que os adolescentes experimentem o início da puberdade até, pelo menos, a fase 2 da Escala de Tanner" No que diz respeito à terapia hormonal, as normas da Wpath sugerem: "Os adolescentes podem ser elegíveis para iniciar a terapia hormonal de feminização/masculinização, de preferência com o consentimento dos pais. Em muitos países, aos 16 anos as pessoas são consideradas maiores de idade para tomar decisões médicas e não necessitam de consentimento das mães e dos pais. Idealmente, as decisões de tratamento devem ser tomadas com o acordo conjunto do adolescente, da família e da equipa médica"



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union

Cláusula 5

Se explore e respeite as diferentes necessidades de cada indivíduo. Não há um modelo único que se aplique a todos! As necessidades específicas de intervenções médicas de transição de género devem ser identificadas caso a caso e abordadas em tempo útil para que as crianças e adolescentes possam viver a melhor versão das suas vidas. É essa a recomendação da World Professional Association for Transgender Health (WPATH) e da European Professional Association for Transgender Health (EPATH).⁴

⁴ EPATH, Declaração WPATH sobre o Tratamento de Transição Médica, incluindo Bloqueadores da Puberdade para Adolescentes Transgênero. Enquanto organizações médicas profissionais, a Associação Europeia de Profissionais para a Saúde Transgênero (EPATH) e a Associação Mundial de Profissionais para a Saúde Transgênero (WPATH), bem como os outros signatários desta declaração, todos têm sérias preocupações com esta decisão e desejam expressar que, embora o tratamento para jovens adolescentes transgênero envolva incertezas, como é o caso em muitos domínios envolvendo jovens, vários estudos demonstram o claro benefício para a saúde mental do tratamento médico de transição de gênero (incluindo bloqueadores da puberdade). A retenção deste tratamento é prejudicial e tem potenciais consequências sociais, psicológicas e médicas ao longo da vida.

https://www.wpath.org/media/cms/Documents/Public%20Policies/2020/FINAL%20Statement%20Regarding%20Informed%20Consent%20Court%20Case_Doc%202020.docx.pdf?_t=1608225376

Cláusula 6

Se proíba qualquer forma de terapia de conversão com vista a tentar alterar a identidade de género, expressão de género ou orientação sexual de um indivíduo para alinhá-las com normas heterossexuais e cisgénero. Todas as pessoas devem poder viver livremente o seu género e a sua sexualidade, sem condenação ou restrições.

Cláusula 7

Se proteja, na sua vivência quotidiana, as crianças e adolescentes trans* de todas as formas de fobia, violência, discurso de ódio, bullying e outras atitudes prejudiciais através de políticas e legislação consolidadas, promovendo ambientes educativos e familiares neutros em termos de género, bem como uma cultura de diversidade e inclusão em todas as esferas da vida.

Cláusula 8

Se insiste todos os Estados-Membros a que incluam a identidade de género, a sua afirmação e a sua proteção nos currículos de todos os estabelecimentos de ensino, e a que se **disponibilizem** módulos de estudo e se **incentive** a formação profissional contínua sobre este tema de todos aqueles que trabalham com jovens. As escolas devem utilizar materiais didáticos que celebrem a diversidade.

Cláusula 9

Se promova uma visão não-estereotipada, em termos de género, da vida em sociedade. Brinquedos e livros precisam de se afastar dos estereótipos de género e representar e comemorar a diversidade. Ao fazer campanha a favor de uma sociedade menos estereotipada, a própria sociedade torna-se mais inclusiva.

Cláusula 10

Se estabeleçam alianças com intervenientes estratégicos (ONG, profissionais, instituições académicas, organizações comunitárias locais e meios de comunicação social) que prestem serviços e apoios vitais, e **se empenhem** na construção de pontes e no estabelecimento de diálogo com instituições públicas, que as convençam a cooperar para esta causa, uma vez que é imperioso criar sinergias e melhorar os resultados mediante impactos visíveis e positivos.

Cláusula 11

Se unam esforços no sentido de influenciar positivamente os governos de outros países menos inclusivos, com a contribuição da Comissão Europeia, do Conselho da Europa e dos organismos das Nações Unidas para os Direitos Humanos, e se tal não funcionar, **se apoie** a imposição de sanções, uma vez que todo o espaço europeu, de que esses países fazem parte, deve permitir a liberdade, a diversidade e a inclusão como pilares fundamentais da vivência e do crescimento de cada cidadão.

Cláusula 12

Se assegure que todos os Estados dispõem de legislação pertinente para o reconhecimento e a salvaguarda das crianças e jovens trans* e de género diverso, garantindo ainda que a lei é efetivamente aplicada, reforçada por sanções e que entra em vigor em tempo oportuno.

Enquanto pais organizados em ONG, nós:

Faremos ouvir as nossas vozes e divulgaremos o conhecimento de que dispomos.

Apoiaremos as famílias na sua jornada.

Partilharemos as nossas experiências para que a sociedade possa aprender com as nossas histórias, as quais atualizaremos continuamente com novos factos ocorridos em diferentes contextos sociais, culturais, religiosos e políticos.

Colaboraremos com outras ONG nacionais e internacionais para exercer pressão onde se revele necessário fazê-lo.

Construiremos pontes e criaremos canais de comunicação com decisores a todos os níveis de poder.

Pediremos apoio - financeiro ou não - para continuar a prestar serviços vitais e apoiar pessoas que enfrentem desafios com os quais nos identificamos. É a nível local que as ONG têm um impacto mais substancial.

Em conclusão:

Exortamos os decisores políticos e todas as partes interessadas, a agir com ousadia no sentido de desempenhar um papel fundamental na transformação da vida das crianças e jovens trans* na Europa.

Juntos procuraremos:

Crescer:	coordenaremos uma ação em larga escala, em vários sectores, mobilizando as principais partes interessadas, organizações de pais e ativistas.
Nutrir:	com testemunhos reais, investigação científica e dados mais recentes, para fomentar a inovação nas soluções a encontrar para cada país e contexto.
Recompensar:	as melhores práticas existentes, com vista a celebrar os percursos desses países que as aplicam, realçando o seu impacto positivo no bem-estar das crianças e jovens trans*



**É com a maior urgência que lançamos um apelo
no sentido de podermos dispor de legislação
clara e consistente em todos os países da UE.
VAMOS MUDAR O RITMO!**



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union